

# Nosso dinheiro banca o agro, mas o agro não nos banca



» ANA FLAUZINA  
Compositora e professora da  
Universidade Federal da Bahia  
(Ufba)

o slogan dessa transposição estratégica na disputa pelo poder cultural.

Mas se esse é um dado evidente, há consequências que seguem fora do debate público.

De saída, é importante lembrar que esse circuito empresarial é amplamente sustentado por recursos públicos. São shows financiados por prefeituras, políticas culturais e incentivos indiretos, incluindo contratações regulares e casos sob investigação por suspeitas de superfaturamento e uso indevido de verbas públicas. Trata-se de uma engrenagem que movimenta bilhões e que, em larga medida, se apoia no erário. O agro, historicamente estruturado por políticas de apoio estatal, que vão do crédito rural subsidiado, passando por isenções fiscais até os programas recorrentes de renegociação de dívidas, encontra na esfera cultural novas formas, menos explícitas, mas igualmente relevantes, de sustentação com recursos públicos.

O nó da questão é que, se o financiamento é público, a representação não é. Fato é que a indústria sertaneja permanece um espaço de ocupação quase exclusiva de homens brancos, sendo o racismo elemento central na exclusão das pessoas negras como artistas do gênero, a despeito de suas origens marcadas pela presença negra e da existência de artistas negros no campo. A conclusão é simples: nosso dinheiro banca o agro, mas o agro não nos banca.

Diante desse quadro, emerge a pergunta: pode um setor sustentado por recursos públicos operar com filtros raciais tão evidentes?

A resposta deve ultrapassar a crítica cultural e alcançar a esfera institucional. Afinal, estamos diante de um problema que envolve acesso

ao trabalho, distribuição de recursos públicos e critérios de representação.

Considerando esse cenário, o Ministério Público do Trabalho pode ser instado a atuar, uma vez que lhe cabe o enfrentamento de práticas discriminatórias no acesso ao emprego. Da mesma forma, o Ministério da Cultura dispõe de instrumentos concretos para intervir por meio da definição de critérios para financiamento público, incorporando parâmetros de diversidade racial e de gênero. Além disso, Tribunais de Contas e gestores municipais podem estabelecer diretrizes que ampliem a pluralidade artística nas programações financiadas com recursos públicos.

A incorporação de critérios de diversidade no setor pode abrir espaço para outras narrativas, pautando questões relevantes: Que histórias emergem quando pessoas negras ocupam o centro da cena? O que significa fazer circular narrativas de mulheres negras que rompam com a submissão feminina tão recorrente nas canções? Há espaço, no repertório dominante, para o Brasil rural real e suas disputas?

Essas indagações sinalizam a expansão das redes criativas e, acima de tudo, a necessidade premente de assegurar que recursos públicos não reproduzam e aprofundem desigualdades estruturais.

Se há poder na cultura, o “agronejo” organiza o Brasil à imagem de quem o controla. Ao fim e ao cabo, trata-se de um artefato cultural masculino e branco, projetado sobre um país majoritariamente feminino e negro. Diante dessa constatação, enfrentar as lógicas predatórias do agro na esfera política passa, necessariamente, por expor seu braço simbólico e disputar quem narra o Brasil.

## O grande Rio de Janeiro



» ANDRÉ GUSTAVO  
STUMPF  
Jornalista

Chico Buarque disse, com sua boa música e melhor poesia, que o Brasil poderia se transformar em inenso Portugal. A brincadeira poético-musical era elogiosa, porque a pátria mãe, que durante muitos anos foi vista como um país no norte da África, foi aceita pela União Europeia e se transformou. Passou a contar com bons hotéis, melhores restaurantes e grandes centros de compras. O país deixou de ser o local apenas para comer bacalhau e passou a oferecer múltiplas oportunidades. Os brasileiros fazem a festa por lá.

Essa imagem me veio à cabeça porque o candidato Flávio Bolsonaro, com suas trapalhadas e suas amizades escandalosas, sugere que o Brasil se transforme no grande Rio de Janeiro. Machuca muito escrever isso. Nasci perto do Rio de Janeiro e cresci na cidade. Desfrutei das praias, do bom futebol e dos restaurantes. Temporada feliz. Mas aquele Rio de Janeiro não existe mais. Depois do surgimento veloz e feroz da chamada Zona Oeste, a criminalidade tomou conta de boa parte da cidade. O tráfico de drogas assumiu grandes áreas, as grandes favelas se transformaram em territórios autônomos para proteger quadrilhas de assaltantes de vários tipos e categorias. Meu filho, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi obrigado a se proteger, algumas vezes, dentro da sala de aula, do tiroteio que corria solto lá fora. Foi assaltado, confrontado com arma na mão, dentro do campus.

Histórias de policiais envolvidos com a criminalidade são muitas. Às vezes são até folclóricas, como a do sujeito que teve a sua moto roubada e procurou a polícia. Na delegacia, recebeu o endereço dos três maiores ladrões de motos do Rio. Com a sugestão de que ele procurasse o ladrão e pagasse pela liberação da própria motocicleta. O delegado naturalmente receberia algum pela corretagem. Os apontadores do jogo do bicho fazem parte da paisagem carioca. Eles mandam nas ruas da cidade. Ninguém pode estacionar em local em que estão trabalhando. Eles chamam a polícia. É isso mesmo. Os bicheiros mandam os reboques do Detran, que levam seu carro. Depois, o proprietário deve pagar uma série de benefícios para liberar o veículo.

O poder público foi envolvido pela corrupção. E a cidade dominada pelas milícias, pelos comandos criminosos que se estruturaram nas favelas e passaram a lidar com quantias financeiras consideráveis. Começaram a importar armas pesadas capazes de fazer enfrentamentos, de igual para igual, com Polícia e Exército. Nada disso aconteceu por acaso. Os últimos cinco governadores do estado do Rio de Janeiro foram presos por corrupção e leniência com o crime organizado.

O último ainda não foi preso, apenas cassado, pretendia ser candidato a senador, mas a Justiça interrompeu sua carreira. A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro é um antro dominado pela criminalidade. Flávio Bolsonaro reinou ali, onde implantou o sistema da rachadinha. Vários deputados foram presos. Alguns, cassados. Por causa de sucessivos impedimentos, o atual governador do Rio de Janeiro é o desembargador Ricardo Couto. Ele, que não é ligado a nenhum grupo criminoso, promove uma limpa no governo do estado, o que ocorre pela primeira vez nas últimas décadas.

Esse é o mundo Bolsonaro. O universo de atuação da família, cuja residência em condomínio horizontal na Barra da Tijuca irradiou sua influência pela região. Por via da política, tentou controlar todo o país. Militares desinformados chegaram a apoiar a loucura do golpe de Estado no país, para evitar novas eleições. E entronizar as milícias no poder no Brasil. Jair, ex-presidente, já demonstrara seu profundo desprezo pelas massas quando abandonou o povo no momento da pandemia. Ele não se dignou a visitar um hospital, nem lamentou as 700 mil mortes. Exerceu o poder para colocar a mão no dinheiro. A avidez com que Flávio, o candidato, se lançou sobre as posses, furtadas, de Daniel Vercaro é autoexplicativa. Eles gostam muito de dinheiro em qualquer circunstância.

O perfil de Flávio Bolsonaro é nítido. Ele é produto da família que se comporta como uma família mafiosa italiana de filme norte-americano. O pai manda, os filhos obedecem e se espalham pelo país, para tentar eleições em diversos estados. Eles fazem o discurso contra as elites para destruir as elites. O Brasil já viu candidatos como esses, destinados a limpar, passar a vassoura e construir nova sociedade. Todos, desde Jânio Quadros, terminam demonstrando sua tendência autoritária. Flávio Bolsonaro é apenas um arrivista, rápido na ação de amealhar dinheiro com a mão grande, que pretende se passar por reformista, coisa que ele nem sabe o significado. É o desastre anunciado na tentativa de criar o grande Rio de Janeiro.

“Não há poder de fato sem poder cultural”, sentença o cineasta etíope Haile Gerima. A frase ajuda a entender um movimento decisivo no Brasil contemporâneo: a consolidação do agro não apenas como força econômica e política, mas como potência simbólica.

Ao agro nunca faltou poder. Afinal, estamos falando de uma estrutura histórica de concentração de terra, herdada do período colonial, com acesso privilegiado ao Estado e aos recursos públicos, que se perpetua até hoje. Nas últimas décadas, porém, observa-se um avanço decisivo, em que o setor passa a disputar o imaginário social e a narrar o país.

Essa virada passa, indiscutivelmente, pela música. O que começou como um movimento marginalizado, transformou-se em uma indústria altamente financiada e organizada. Nesse processo, o sertanejo comercial deixou de ser expressão regional para se tornar hegemonia cultural.

A pesquisa “Cultura no Espelho”, da Quaest, mostra o sertanejo como o gênero mais consumido e o que mais “representa o Brasil”. Essa inflexão política redefine a imagem do agro, que, ao ganhar centralidade simbólica, passa de atraso a inovação e futuro. “O agro é tech, o agro é pop” é

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



## Biblioteca Parque de Diamantino: onde a memória encontra o futuro



» NICOLAS BEHR  
Poeta e ambientalista, cidadão  
honorário de Diamantino

apresentações culturais, pesquisa, música, formação de leitores e experiências coletivas.

E poucas cidades possuem uma relação tão profunda com a própria história quanto Diamantino.

Fundada no século 18, durante o ciclo do ouro e dos diamantes, a cidade ocupa lugar central na formação histórica de Mato Grosso. Suas ruas, casarões, igrejas e tradições carregam marcas do garimpo, das antigas rotas comerciais e da construção social do interior brasileiro. Diamantino tornou-se, ao longo do tempo, referência de patrimônio histórico, resistência cultural e identidade regional.

A inauguração da Biblioteca Parque ganha, portanto, um significado que ultrapassa a simples abertura de um novo prédio público. Trata-se de um investimento na inteligência coletiva da cidade. Uma aposta na cultura como ferramenta de transformação social.

Em tempos marcados pela velocidade da informação superficial e pela dispersão cotidiana, abrir uma biblioteca pública é um gesto profundamente civilizatório. Significa afirmar que o pensamento continua necessário. Que a leitura ainda é capaz de ampliar horizontes, estimular senso crítico e criar novas possibilidades de futuro.

O impacto de uma biblioteca raramente é imediato. Ele acontece silenciosamente, ao longo dos anos. Surge na criança que descobre o prazer da leitura. No jovem que amplia seus sonhos. No

estudante que encontra apoio para construir seu futuro. No professor que transforma aquele espaço em extensão viva da sala de aula. E numa cidade que passa a reconhecer a cultura não como privilégio, mas como direito coletivo.

Durante os três dias da FLiDi — Festa Literária de Diamantino —, a Biblioteca Parque, a Praça Major Caetano Dias e a Casa dos Sabores receberam uma programação gratuita e diversa, reunindo palestras, oficinas, rodas de leitura, sessões de autógrafos, apresentações musicais e manifestações populares como Siriri e Cururu.

A Biblioteca Parque também passa a integrar uma nova rede de espaços culturais implantados pelo projeto (Re)Viva Diamantino, coordenado pela Prefeitura Municipal de Diamantino e pela Fundação Getúlio Vargas. Ao lado da Casa dos Sabores, já em funcionamento, estão previstas ainda a Casa dos Viajantes e a Casa do Cerrado, fortalecendo o Centro Histórico como polo permanente de cultura, memória e turismo.

Com a inauguração da Biblioteca Parque, Diamantino reafirma sua vocação histórica e cultural, projetando um novo ciclo para o seu Centro Histórico — um ciclo em que memória, educação, convivência e cultura deixam de ser apenas discurso e passam a ocupar, de forma concreta e viva, o cotidiano da cidade.

Porque preservar o passado só faz sentido quando também se constrói o futuro.

Há cidades que crescem apenas fisicamente. Outras crescem também em imaginação, memória e consciência coletiva. Diamantino, uma das cidades historicamente mais importantes de Mato Grosso, acaba de dar um passo significativo nessa segunda direção com a inauguração da Biblioteca Parque, novo espaço cultural que nasce como símbolo de um projeto maior de revitalização urbana, histórica e humana.

Entre os dias 15 e 17 de maio, durante a realização da FLiDi — Festa Literária de Diamantino —, a cidade inaugurou oficialmente o novo equipamento cultural, integrado às ações do projeto (Re)Viva Diamantino, iniciativa que vem transformando o Centro Histórico em território de convivência, cultura e pertencimento.

Mais do que uma biblioteca tradicional, a Biblioteca Parque surge como um espaço vivo. Um ambiente pensado para aproximar leitura, arte, educação, memória e comunidade. Um lugar onde livros convivem com encontros, oficinas,